

O DEBATE DISCIPLINAR NA REVISTA BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA

Iris Hoisel
UFBA

A Revista Brasileira de Literatura Comparada constitui-se não só em um espaço reservado aos diversos discursos que se encontram hoje abrigados sob a égide da Literatura Comparada, mas também em um veículo mediador de uma multiplicidade de vozes distintas, e até mesmo contrastantes, que compõem o debate disciplinar no campo dos estudos literários. Esse debate deve-se em grande parte à diluição das fronteiras disciplinares desse campo que, por sua vez, promove a abertura de um espaço crítico e criativo que acredito ser de vital importância para o mapeamento de vertentes do pensamento contemporâneo. A leitura que farei incide nos diferentes posicionamentos de estudiosos e intelectuais do campo da literatura em relação a esse abalo disciplinar. Ressalto, desde já, que esses posicionamentos ficam ainda mais marcados quando se levanta uma aproximação entre a Literatura Comparada e os Estudos Culturais.

Cada um dos cinco números publicados da Revista esteve sob a responsabilidade de uma das diretorias da ABRALIC, de forma que devemos estar atentos às possíveis cores que dão a tônica de alguns artigos, conforme o temário dos congressos em que são lançados e conforme os acontecimentos dos congressos que os antecedem. Como não tive acesso ao primeiro número, trabalharei aqui com os quatro últimos que correspondem, respectivamente, às seguintes diretorias: São Paulo, que organizou o congresso *Literatura e Diferença*; Rio de Janeiro, que organizou o congresso *Cânones e Contextos*; Florianópolis, que organizou o congresso *Literatura Comparada = Estudos Culturais?* e Bahia, que organizou o congresso *Terras e Gentes*.

Um olhar panorâmico sobre os últimos quatro números da Revista já me permite trazer à cena um dado curioso. Nos números 2 e 3, a problemática disciplinar no campo dos

estudos literários em geral (Teoria da Literatura, Historiografia Literária Nacional e Crítica), e não só da Literatura Comparada em particular, está presente em grande parte dos artigos. No número 4, que sucedeu ao V Congresso da Associação, *Cânones e Contextos*, e que foi lançado durante o VI Congresso, *Literatura Comparada = Estudos Culturais?*, apenas dois artigos pontuais sobre o debate disciplinar foram publicados. No entanto é a primeira vez que a palavra debate aparece tendo as suas partes nomeadas, nos artigos “Projeções de um debate” de Wander Melo Miranda e “A teoria em crise” de Eneida Maria de Souza. Já o número 5, lançado na Bahia, durante o VII Congresso *Terras e Gentes*, não traz nenhum artigo que discuta a disciplinaridade. Para não incorrermos numa perspectiva linear, afirmo que isso não significou um arrefecimento dos calorosos diálogos em relação aos congressos anteriores. A cobertura jornalística do VII Congresso, na Bahia, deixa os vestígios da discussão disciplinar. Ressalte-se aí as entrevistas de Silviano Santiago e de Afonso Romano de Santana, publicadas no jornal *A Tarde*, e o fato de um dos mais significativos nomes dos Estudos Culturais, Stuart Hall, ter aberto o VII Congresso da Associação em Salvador. Levando em consideração que o temário do VI Congresso, que o antecede, *Literatura Comparada = Estudos Culturais?*, foi a formalização institucional do debate através do questionamento sobre as aproximações entre esses dois campos do saber, considero que a abertura do VII Congresso acentua essa aproximação.

Fazendo um *zoom in* na abordagem, observa-se, nos artigos, uma série de diferentes maneiras de lidar com as fragilidades das fronteiras que separam as disciplinas do campo da literatura entre si, e estas de outras disciplinas do campo das ciências humanas. Por um lado, uma necessidade de distinguir o joio do trigo, dando as especificidades e os lugares de cada um deles, e uma preocupação com o destino do profissional das letras neste novo espaço “multiopcional”¹;

¹ OLINTO, Heidrun Krieger. Teoria da Literatura: instituição apátrida. *Revista brasileira de Literatura Comparada*, Rio de Janeiro, nº3, p.131-141, 1996.

por outro uma insatisfação com os limites disciplinares dos estudos literários e a desconfiança de pressupostos básicos desses limites, a saber, o estabelecimento do cânone e as noções de literariedade e de nação.

O primeiro artigo publicado no número dois da Revista, intitulado “Teorias em Literatura Comparada”, de Tânia Franco Carvalhal, discorre sobre a salutar e necessária aproximação entre a literatura comparada e a teoria literária, desde que sejam resguardadas as particularidades de cada uma dessas diferentes disciplinas. Segundo a autora: “No amplo terreno dos ‘estudos literários’, a teoria, a crítica, a história, o comparativismo coexistem sem perderem suas especificidades”². A explicação é que, embora todas elas tenham a literatura como objeto de estudo, problematizam, indagam e analisam o literário de modo particular. A aproximação entre Literatura Comparada e Teoria Literária, mesmo sendo uma “articulação necessária”³, só é salutar se estiver livre das contaminações. Desse discurso podemos destacar dois pontos: o estatuto do objeto literário e as especificidades dos referidos estudos sobre a literatura.

Ao fazer uma análise institucional da problemática disciplinar, José Luís Jobim, num artigo intitulado “A crítica da Teoria” e também publicado no número 2 da Revista, discute a literariedade, afirmando que “os cursos de Letras são responsáveis pela criação de uma imagem do literário” e que “o estudo das convenções, normas e valores que fundamentam a escolha do cânon pode esclarecer esta imagem”⁴. Lançando mão de uma análise das regularidades do discurso sobre o literário, desestabiliza-se a imagem consensual e puramente estética do objeto dos estudos mencionados no artigo de Tânia Carvalhal.

² CARVALHAL, Tânia Franco. Teorias em Literatura Comparada. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, São Paulo, nº2, p. 9-17, 1994.

³ Idem.

⁴ JOBIM, José Luís. A crítica da Teoria: uma análise institucional. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, São Paulo, nº2, p. 69-78, 1994.

Em um segundo movimento, direcionado, agora, à problematização das especificidades dos estudos literários, o autor avalia esses estudos no contexto da instituição universitária, dentro do programa curricular dos cursos de Letras, dando um destaque, em sua abordagem, à Teoria da Literatura. Segundo ele:

No atual modelo universitário, em que presenciamos demonstrações de ansiedade em demarcar territórios, em legitimar discursos, para poder com mais clareza excluir o que está de fora das fronteiras demarcadas e dos discursos legitimados, a Teoria da Literatura pode pretender ser uma disciplina em que se questionam as próprias fronteiras com que se delimitam as áreas acadêmicas, ajudando a minar as possíveis pretensões de controle monopolista – de outras cadeiras, departamentos e cursos – sobre certos “conteúdos”⁵.

Ao assumir esse papel, entretanto, a Teoria ocupa a parte que lhe é reservada nos estreitos limites do curso que é o de conter, nos dois sentidos do termo, a possibilidade de questionar os pressupostos básicos das disciplinas sobre a literatura. Esse papel reservado à teoria, que colabora, segundo Jobim, para uma estratégia institucional de controle e atribuição do saber, pode ser visto tanto na Teoria da Literatura de Wellek e Warren, no texto “Teoria Literária, criticismo literário e história literária”⁶, do início do século, quanto em livros mais recentes como o de Antoine Compagnon, *O demônio da Teoria*,⁷. Em todos os casos, o confinamento nessa disciplina da discussão teórica exime as outras disciplinas dessa discussão.

Jobim chama atenção também para o fato de que “na área de Letras, a demarcação de territórios na maioria das vezes se dá sob a égide de uma determinada concepção de nacionalidade e de literatura”⁸, na qual a literatura é a palavra pretensamente comum a todos os profissionais, e a nacionalidade é o marco das fronteiras em que se separam os especialistas das

⁵ Idem.

⁶ WELLWK, René, WARREN, Austin. *Teoria da Literatura*. Lisboa: Biblioteca Universitária, sd. p. 47-55.

⁷ COMPAGNON, Antoine. *O demônio da Teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 21-23.

⁸ Idem.

diversas disciplinas. Assim a institucionalização das disciplinas de literatura brasileira, portuguesa, inglesa, norte-americana ou qualquer outra, na concepção moderna do termo, em que as searas são rigidamente marcadas, demandariam uma assimilação acrítica da idéia de Nação.

Por esse viés da nacionalidade, podemos trazer à cena o artigo de Wander Melo Miranda, também publicado no segundo número da Revista, intitulado “Nações literárias”. O que está em jogo é a problematização da idéia de Nação para discutir a Historiografia Literária. Ao propor um encaminhamento diferenciado dessa historiografia, o autor parte das concepções de teóricos como Benedict Anderson e Homi Bhabha. Interessa aqui, particularmente, um operador que se direcione no sentido da produção de fissuras na totalidade ‘Nação’. O autor levanta, para este propósito, a idéia de “espaço-nação”, de Homi Bhabha, que seria “uma forma liminar de representação social, internamente marcada pela diferença cultural que assinala o estabelecimento de novas possibilidades de sentido e novas estratégias de significação”⁹. A emergência do discurso das minorias, por exemplo, corresponde à emergência dessas possibilidades de sentido contidas nos bastidores da representação social da nação. Vale ressaltar que a noção de emergência para Michel Foucault corresponde à “entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude”¹⁰. Uma historiografia literária que não opere essa fissura, ou que não atravesse e rasure essa representação social da nação, silencia essas possibilidades outras de sentido.

No que diz respeito a uma história da literatura latino-americana, Wander Melo Miranda sugere que ainda se tenha em mente duas noções benjaminianas: “a concepção de que a história como curso unitário é uma representação do passado construída por grupos e classes

⁹ MIRANDA, Wander Melo. Nações literárias. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, São Paulo, nº2, p. 31-38, 1994.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 24.

sociais dominantes, que transmitem do passado só o que é *relevante*” e a noção de tradução como “estranheza das línguas”, que “torna patente que a transferência de sentidos nunca é total entre sistemas diversos”¹¹, portanto as diferenças culturais são reconstituídas em todo ato de enunciação. Todas as duas concepções colaboram para uma leitura cultural da América Latina, longe de sentimentos como os de dívida em relação à cultura do colonizador ou como uma outra face desse sentimento, o de que “as idéias estão fora do lugar”. Para encerrar o seu artigo, após citar um poema do poeta e tradutor italiano, exilado no Brasil, Giuseppe Ungaretti, o autor faz um apelo: “que uma nova história da literatura latino-americana saiba como fazer ouvir e falar esse e outros silêncios”¹².

Como que pegando a dica de Wander, mas lançando mão de outras referências teóricas, Mario Valdés, no artigo intitulado “Hacia una historia postmoderna de America Latina” e publicado no número 3 da Revista, propõe a constituição de uma “história literária aberta”, que consistiria num campo contestatório dos valores literários de séculos de criação cultural latino-americana. A proposta é de uma história que se desenvolva em diversas direções e que, vista em conjunto, se faça perceber como um diálogo cultural múltiplo. O projeto historiográfico mencionado pelo autor é, segundo ele, resultado de anos de pesquisa e já produziu uma publicação em três volumes.

Ainda levantando o problema da concepção de uma nacionalidade estanque, que se opõe a outras nacionalidades, no âmbito dos estudos literários, Tânia Franco Carvalhal, no artigo “Literatura Comparada e literaturas estrangeiras no Brasil”¹³, publicado no número 3 da Revista, afirma a necessidade de uma dupla competência no conhecimento das línguas para os estudos de

¹¹ MIRANDA, Wander Melo. Nações literárias. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, São Paulo, nº2, p. 31-38, 1994.

¹² Idem.

¹³ CARVALHAL, Tânia Franco. Literatura Comparada e literaturas estrangeiras no Brasil. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Rio de Janeiro, nº3, p. 55-65, 1996.

literatura comparada. Ao fazê-lo, a autora privilegia determinadas práticas comparatistas, não levando em consideração os estudos de literatura (e de cultura de um modo geral) entre países que falam uma mesma língua, como estudos entre países lusófonos, ou anglo-falantes. Estes estudos, que são bastante significativos dentro de uma temática da pós-colonialidade, ficam à margem das práticas comparatistas tradicionais. Para Lúcia Helena, em artigo publicado no número 2 da Revista, intitulado “A construção da literatura comparada na história da literatura”, o veto implícito ao estudo comparado de literaturas de uma mesma língua “estaria supondo que estas culturas são uniformes, inteiriças, sem fragmentações ou brechas constitutivas, não só em si mesmas, mas entre elas, como também estaria a sustentar-se pelo endosso do evolucionismo que concebe uma literatura como origem da outra”¹⁴.

Entrando, finalmente, nas aproximações entre a crítica literária e a crítica cultural, ou, como sugerido pelo VI congresso, entre a Literatura Comparada e os Estudos Culturais, menciono de saída a publicação, no número 3 da Revista, de um artigo de Eduardo Portella sobre os dois livros de Edward W. Said, *Cultura e Imperialismo* e *Orientalismo*¹⁵. O autor se refere ao crítico árabe-americano como o “comparatista escrupuloso”, que confronta representações nacionais e transnacionais “despreconceituosamente”. Embora o artigo pareça ter como única pretensão mapear as idéias contidas nos livros de Said, esse mapeamento ressalta a importância da politização, ou da contextualização do discurso estético-literário para a intervenção no discurso historiográfico oficial e para a criação de novas zonas de leitura da História dos Imperialismos. Vale lembrar que esse número da Revista foi lançado no V Congresso, cujo

¹⁴ HELENA, Lúcia. A construção da literatura comparada na história da literatura. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, São Paulo, nº2, p. 39-46, 1994.

¹⁵ PORTELLA, Eduardo. Encontros e desencontros narrativos. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Rio de Janeiro, nº3, p.23-26, 1996.

temário *Cânones e Contextos*, deu margem ao debate nítido e direto sobre os contornos dessas aproximações.

Em uma *Liminar* do número 4 da Revista, publicado no congresso que deu forma, ou fórmula ao debate em seu temário *Literatura Comparada = Estudos Culturais?*, Raul Antelo apresenta a Literatura Comparada, associando-a a guerra. Segundo ele:

*As guerras teóricas recentes mostram que, em última análise, a literatura comparada é a teoria da guerra e que ao mudar o cenário e o objeto das lutas (não mais o indivíduo, não mais o valor, não mais a disciplina, não mais a nação) o específico da literatura comparada nos dias de hoje, é sua passagem ao ato, sua dissolução, sua transgressão, seu movimento ao exterior de si.*¹⁶

Embora eu considere a expressão “guerra teórica” não tão apropriada para a circunstancia de um debate intelectual sem vencedores, reconheço, a julgar pelos dois artigos que abrem este número da revista, que as discussões tornaram-se mais calorosas. No artigo intitulado “Projeções de um debate”, Wander Melo Miranda parte da publicação no caderno “Mais!”, da *Folha de São Paulo*, do artigo de Leyla Perrone-Moisés “Que fim levou a crítica literária?”, cujo título, segundo ele, expressa as indagações de parte expressiva dos profissionais da área de Literatura no Brasil¹⁷. Esse artigo parece funcionar como um pretexto estimulante para discutir criticamente a ansiedade em manter um espaço disciplinar fechado, garantindo o domínio do objeto literário e para refletir sobre as relações estabelecidas entre os dois campos do saber referidos acima.

Neste sentido, o autor aponta para a lógica suplementar, no sentido derridiano do termo, que os Estudos Culturais instauram na cena literária e cultural da contemporaneidade. Sem integrar-se complementarmente ao conjunto das disciplinas do campo da literatura, esses estudos

¹⁶ ANTELO, Raul. *Liminar*. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Florianópolis, nº4, p. 7-9, 1998.

¹⁷ MIRANDA, Wander Melo. *Projeções de um debate*. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Florianópolis, nº4, p. 11-17, 1998.

provocam um abalo nesse campo, trazendo questões que não poderiam nascer do interior de um campo disciplinar fechado¹⁸. O ato de dar visibilidade às relações da literatura com o poder e com o mercado e o ato de erguer textos marginais, revertendo a ordem canônica, não poderiam ser operados do interior de uma disciplina que trabalha com a noção de cânone como um conjunto de obras literárias eleitas a partir de um conjunto de padrões estéticos.

Os Estudos Culturais e alguns dos diversos estudos em Literatura Comparada que se distanciam das práticas comparatistas tradicionais, ao contrário do que expressa uma vertente do pensamento crítico brasileiro, não postulam uma falta de rigor teórico, mas a consideração de novos operadores para a articulação com objetos até então ignorados pela crítica. Fora de um espaço disciplinar fechado, cada estudo pede novas considerações de método e novos horizontes teóricos. Trabalhar fora, ou nos limites de transbordamento das fronteiras disciplinares, não é um azul festivo, mas, assim como a genealogia nietzscheana, um cinzento laborioso.

¹⁸ Ver: CUNHA, Eneida Leal. Literatura Comparada e Estudos Culturais: ímpetos pós-disciplinares. In: ANDRADE, Ana Luiza *et alli* (org.). *Leituras do Ciclo*. Florianópolis: ABRALIC; Grifos, 1999. p. 99-105.